

## Transição quer enterrar reforma administrativa de Guedes e Carteira Verde e Amarela

O grupo da equipe de transição que discute questões relativas a trabalho vai recomendar que a reforma administrativa proposta pelo governo Jair Bolsonaro (PL) seja descartada e substituída por uma mesa de negociação que discuta o funcionamento da máquina pública na futura gestão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O grupo também vai propor barrar a criação do Carteira Verde e Amarela, programa que flexibiliza a legislação trabalhista defendido pelo atual ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo o deputado Rogério Correia (PT-MG), a ideia é “ficar livre da PEC 32 [reforma administrativa]

de alguma forma, descartar”. No lugar, será proposta uma mesa de negociação que debata “questões imediatas de arrocho a que o servidor está submetido há seis anos, mas também o funcionamento da máquina pública”.

Elaborada pela equipe de Guedes, a PEC da reforma administrativa foi enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso em setembro de 2020. O texto foi aprovado por uma comissão especial da Câmara na madrugada de 24 de setembro de 2021, depois de partidos trocarem integrantes no colegiado para impedir a derrota da proposta.

Desde então, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vinha cobrando do governo Bolsonaro maior empenho na aprovação do texto,

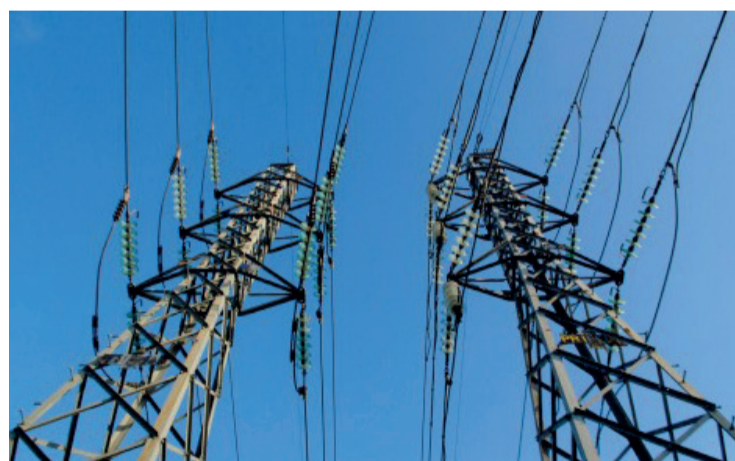
que já está pronto para ser votado em plenário. A avaliação do entorno do presidente, no entanto, foi de que a reforma poderia prejudicar a campanha à reeleição, por ser impopular entre o funcionalismo, e, por isso, a PEC ficou em segundo plano.

Agora, a equipe de transição quer recomendar a Lula negociar para que o texto não avance. “Na Câmara, depende do presidente [Lira]. O presidente da República pode mandar uma mensagem pedindo para retirar a PEC 32, até para você discutir o mundo do trabalho com o servidor público sem uma espada na cabeça. Isso estará no relatório”, afirmou Correia. “Queremos retomar o debate sobre o que é o serviço público no Brasil.”

Danielle Brant/Folhapress



### Economia



**Usuários de energia já pagaram R\$ 25,8 bilhões em subsídios neste ano**

Página - 03

### Política

**PEC atinge assinaturas e inicia tramitação; senadores articulam extrateto de R\$ 80 bilhões**

Página - 04

**Valdemar Costa Neto pede, mas Bolsonaro afirma que ainda não tem o que falar para apoiadores**

Página - 04

**Índices de confiança do comércio e serviços caem em novembro**

Página - 03



**Dificuldades no acesso a investimento barram expansão de biotechs**

Página - 03

**Popularização da telemedicina impulsiona startups do setor e agiliza atendimento**

Página - 03



## No Mundo

### China controla protestos e passa a abrir inquéritos contra manifestantes



A repressão da China à maior onda de desobediência civil no país sob a liderança de Xi Jinping parece estar surtindo efeito e diminuindo o ímpeto das manifestações. Autoridades começaram a abrir inquéritos para apurar a participação de cidadãos em protestos, e há um grande contingente de policiais nas ruas das megacidades chinesas, como Pequim e Xangai.

Dois manifestantes que participaram dos atos na capital contra a política de Covid zero no final de semana disseram que foram intimados a comparecer a delegacias para prestar depoimento sobre suas atividades nas manifestações.

Ainda não estão claras a

forma como as autoridades identificaram esses manifestantes nem a possível dimensão jurídica desses inquéritos. Nesta terça (29), um porta-voz da diplomacia chinesa afirmou que o exercício de direitos e liberdades está condicionado à estrutura da lei.

Grandes universidades da China, que concentraram alguns dos principais protestos desde o final de semana, suspenderam as aulas presenciais e mandaram seus alunos para casa. Segundo a agência Associated Press, a Universidade Tsinghua e outras instituições em Pequim e na província de Guangdong alegaram que a medida se deve a uma estratégia de contenção da alta de casos de Covid-19.

É fato que a curva de no-

vas infecções subiu significativamente nos últimos dias, mas a decisão de mandar os estudantes para casa também é vista como uma tentativa de desmobilizar o ativismo nas universidades, historicamente uma espécie de incubadora de protestos.

A Universidade Tsinghua foi palco de uma manifestação no domingo (27). Começou com um gesto silencioso de uma estudante que levantou um cartaz em branco e, à medida que outros colegas se juntaram ao ato, reuniu cerca de 400 pessoas. No mesmo dia, o vice-secretário do Comitê do Partido Comunista na universidade foi ao local para encerrar o protesto, que durou pouco mais de duas horas.

Folhapress

### Três imigrantes nigerianos sobrevivem a viagem de 11 dias sentados em leme de navio

A guarda costeira espanhola resgatou três pessoas que estavam estivadas no topo do leme de um navio que chegou às Ilhas Canárias vindo da Nigéria.

Numa fotografia divulgada pela guarda costeira na segunda-feira (29), os imigrantes aparecem empoleirados no leme do petroleiro e químico Althini II.

O Althini II chegou a Las Palmas, em Gran Canaria, na segunda-feira, após uma viagem de 11 dias de Lagos, na Nigéria, de acordo com o Marine Traffic, um site de rastreamento de navios.

Os imigrantes foram levados para o porto e atendidos pelos serviços de saúde, disse a guarda costeira no Twitter.

As Ilhas Canárias, de propriedade espanhola, são

uma porta de entrada popular para imigrantes africanos que tentam chegar à Europa. Dados espanhóis mostram que a migração por mar para o arquipélago aumentou 51% nos primeiros cinco meses do ano em comparação com o ano anterior.

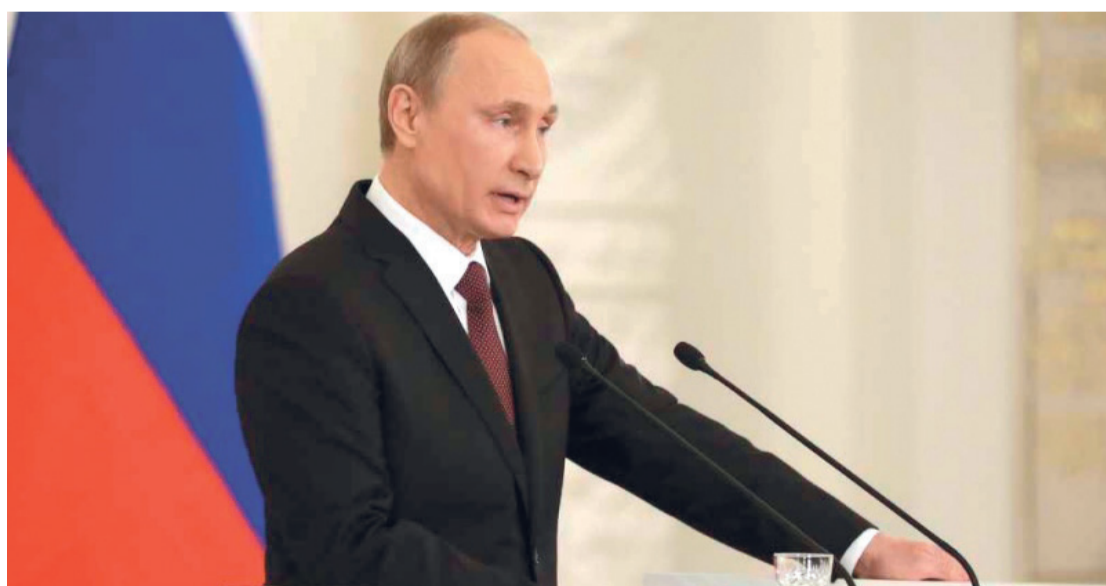
No ano passado, mais de 20 mil imigrantes cruzaram a costa da África Ocidental para as Ilhas Canárias, segundo a Cruz Vermelha. Mais de 1.100 dessas pessoas morreram no mar, disse a organização.

Em 2020, quatro clandestinos nigerianos sobreviveram 10 dias no mar antes de serem encontrados escondidos em um compartimento acima do leme de um petroleiro norueguês que viajou de Lagos a Las Palmas, segundo a mídia norueguesa.

CNN



### Putin instalará tribunais federais em 4 regiões ucranianas anexadas



Os tribunais federais serão instalados nas quatro regiões ucranianas anexadas pela Rússia e os tribunais dos territórios serão integrados ao sistema judicial russo “o mais rápido possível”, segundo Vladimir Putin.

“Quatro novos súditos se tornaram parte da Rússia – as regiões DPR (República Popular de Donetsk), LPR (República Popular de Luhansk), Zaporizhzhia e Kherson. Nesses territórios, está planejado criar tribunais federais”, disse o presidente russo Putin na terça-feira (29), enquanto falando no 10º Congresso Pan-Russo de Juizes no Kremlin.

“A Suprema Corte, juntamente com outros órgãos,

tem muito trabalho a fazer na formação de novas composições de tribunais e na rápida integração dos tribunais ao sistema judicial russo. E isso precisa ser feito o mais rápido possível”, disse ele.

Por meio do processo de anexação, que é ilegal sob a lei internacional, Moscou reconheceu quatro regiões ucranianas como território russo.

Isso inclui Luhansk e Donetsk – lar de duas repúblicas separatistas apoiadas pela Rússia, onde os combates ocorrem desde 2014 – bem como Kherson e Zaporizhzhia, duas áreas no sul da Ucrânia que foram ocupadas por forças russas logo após o início da invasão.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Usuários de energia já pagaram R\$ 25,8 bilhões em subsídios neste ano



Os consumidores brasileiros já pagaram, este ano, R\$ 25,8 bilhões em subsídios embutidos nos impostos da conta de energia elétrica. O montante equivale a 12,59% da tarifa média paga pelas residências no país. O levantamento foi divulgado terça (29) pela Aneel por meio do Subsidiômetro, uma ferramenta criada para detalhar os subsídios presentes no setor elétrico e qual o custo deles para o consumidor.

O relatório digital consolida dados fornecidos pelas distribuidoras de energia e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sobre os itens de custo que compõem a Conta de Desenvolvimento Energé-

tico (CDE), que é o fundo setorial que tem como objetivo prover recursos para diversas políticas públicas do setor elétrico. Nos últimos cinco anos, a CDE dobrou seu orçamento, passando de R\$ 15,99 bilhões, em 2017, para R\$ 32,10 bilhões em 2022.

Do valor pago na fatura para a CDE, por exemplo, R\$ 8,9 bilhões foram para a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), usados para custear a geração termelétrica nos sistemas isolados, que não foram conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), como regiões da Amazônia. O custeio da geração por fontes renováveis também levou R\$ 6,9 bilhões. Outros R\$ 3,3 bilhões foram para a Tarifa Social, para o

custeio de desconto a famílias de baixa renda.

Na Geração Distribuída, o subsídio chega a R\$ 2,2 bilhões, que incluem os sistemas de micro e minigeração de energia, aquela energia produzida pelos próprios consumidores, em sua maioria a partir de painéis solares.

Para o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, alguns desses subsídios são voltados a políticas sociais, “cujo mérito são inquestionáveis”, mas os consumidores devem conhecer quem se beneficia dos valores pagos “e decidir se esses benefícios incluídos nos subsídios compensam os valores pagos na fatura”. disse, em reunião ordinária da diretoria da Aneel.

Andreia Verdélio/ABR

## Inflação do aluguel cai 0,56% em novembro; índice tem alta de 4,98% no ano



O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), conhecido como a inflação do aluguel, caiu 0,56% em novembro, após queda de 0,97% no mês anterior, informou a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Com este resultado, o índice acumula alta de 4,98% no ano e de 5,90% em 12 meses. Em novembro de 2021, o índice variou 0,02% e acumulava alta de 17,89% em 12 meses.

“O IGP-M registrou queda menos intensa nesta apuração. As contribuições para a aceleração da taxa do índice partiram de seus três índices componentes”, afirma André Braz, Coordenador dos Índices de Preços.

O IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo) caiu

## Índices de confiança do comércio e serviços caem em novembro

O Icom (Índice de Confiança do Comércio) e ICS (Índice de Confiança de Serviços) apresentaram queda em novembro, na comparação com outubro. Segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas), o Icom recuou 10,8 pontos e chegou a 87,2 pontos, em uma escala de 0 a 200, o menor patamar desde abril deste ano (85,9 pontos).

A queda da confiança atingiu empresários dos seis segmentos do comércio pesquisados pela FGV. O Índice de Situação Atual, que mede a confiança no presente, perdeu 12,6 pontos e caiu para 89,7 pontos. O Índice de Expectativas, que mede a percepção sobre o futuro, recuou 8,6 pontos e atingiu 85,2.

O ICS teve uma queda mais moderada que o Icom na passagem de outubro para novembro: -5,4 pontos. Com

o resultado, o ICS chegou a 93,7 pontos, o menor nível desde março deste ano (92,2 pontos).

A queda foi influenciada pela piora das avaliações das empresas sobre a situação corrente e, principalmente, das expectativas nos próximos meses. O Índice de Situação Atual caiu 3,1 pontos e foi para 96,9, enquanto o Índice de Expectativas cedeu 7,5 pontos, ficando em 90,7 pontos, menor nível desde abril de 2021 (88,7 pontos).

Segundo Rodolgo Tobler, economista da FGV, apesar do término do período eleitoral, fatores políticos passaram a ser muito citados como limitadores de melhoria dos negócios nos próximos meses, o que eleva a incerteza do cenário no curto prazo e um ambiente macroeconômico delicado em 2023.

ABR



0,94% em novembro, após queda de 1,44% em outubro, enquanto o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) subiu 0,64% este mês, após alta de 0,50% no mês anterior.

No IPC, cinco das oito classes de despesa que compõem o índice registraram acréscimo em suas taxas de variação. A principal contribuição partiu do grupo Transportes (-0,96% para 0,79%), com destaque para o item gasolina, cuja taxa passou de -3,74% em outubro para 1,58% em novembro.

Também apresentaram acréscimo em suas taxas de variação os grupos Alimentação (0,57% para 0,83%), Comunicação (-1,03% para -0,32%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,80% para 1,00%) e Ves-

tuário (0,67% para 0,83%).

Em contrapartida, os grupos Educação, Leitura e Recreação (3,15% para 0,60%), Habitação (0,63% para 0,37%) e Despesas Diversas (0,22% para 0,14%) registraram decréscimo em suas taxas de variação.

Por fim, o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) acelerou o avanço a 0,14% no período, de 0,04% antes, sob pressão da alta de 0,53% no custo da mão de obra, de 0,31% em outubro.

O que é o IGP-MO indicador foi criado no final dos anos de 1940 para ser uma medida abrangente do movimento de preços, que englobasse não apenas diferentes atividades como também etapas distintas do processo produtivo.

Folhapress





Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.  
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>  
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

... continuação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/09/2022 da Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. Diretores; ou (b) 01 Diretor e 01 procurador; (c) pela assinatura conjunta de 02 procuradores; ou (d) por 01 Diretor ou 01 procurador, mediante deliberação do Conselho de Administração nos termos do § 2º abaixo. **§ 1º:** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 Diretor ou por 01 procurador (i) em assuntos de rotina, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondências sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas Investidas, desde que tal diretor ou procurador aja em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral da Companhia sobre o posicionamento em tal assembleia, se aplicável; e (vi) na representação da Companhia em juízo. **§ 2º:** O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, agindo isoladamente, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, visando restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um diretor ou 01 procurador. **§ 3º:** Os instrumentos de mandato serão sempre assinados por 02 Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a 01 ano, salvo aqueles para fins judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia. Quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto. **Artigo 22:** Os atos de qualquer acionista, Conselheiro, Diretor, empregado ou procurador que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações fora do escopo previsto no objeto social – tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias – são expressamente proibidos e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos com relação à Companhia, salvo se especificamente autorizados pela Assembleia Geral. **Artigo 23:** O Plano de Negócios e o Orçamento Anual da Companhia serão elaborados pela Diretoria e submetidos à aprovação do Conselho de Administração. Caso não haja

aprovação expressa de um novo plano de negócios pelo Conselho de Administração, a Diretoria deverá continuar a cumprir com o último Plano de Negócios aprovado. **§ 1º:** O Plano de Negócios da Companhia conterá os planos e as projeções para os próximos 05 exercícios sociais, podendo ser atualizado a cada semestre, devendo detalhar os objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros da Companhia, suas Investidas e Controladas, seus respectivos orçamentos, planos e investimentos, planejamentos de usos e fontes de recursos, a identificação dos principais responsáveis e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia, suas Investidas e Controladas. **§ 2º:** O Orçamento Anual da Companhia deverá refletir o Plano de Negócios. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 24:** O Conselho Fiscal da Companhia não funcionará em caráter permanente e somente será instalado a pedido dos Acionistas, na forma da Lei. **§ Único:** O mandato dos Conselheiros permanecerá válido até a primeira Assembleia Geral Ordinária que suceder à Assembleia Geral em que foram eleitos. **Artigo 25:** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 03 e máximo 05 membros efetivos, todos residentes no Brasil e que não façam parte da administração da Companhia. O funcionamento do Conselho Fiscal e a remuneração, competência, deveres e responsabilidades de seus membros serão estabelecidos na Assembleia Geral que solicitar a sua instalação e obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **§ Único:** Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Resultados. Artigo 26:** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria, no prazo de até 90 dias contados do encerramento do exercício social, elaborará as demonstrações financeiras exigidas por lei. **§ 1º:** As demonstrações financeiras previstas em lei deverão ser anualmente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). **Artigo 27:** O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pela administração. **§ 1º:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da LSA. **§ 2º:** A Companhia poderá declarar, por deliberação da Diretoria ad referendum da Assembleia Geral, dividendos intermediários, à conta de (i) lucros auferidos em balanços patrimoniais semestrais, trimestrais ou intercalares, (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral. **§ 3º:** A Companhia poderá,

ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável. **§ 4º:** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados para o cálculo do pagamento do dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **§ 5º:** Todo o lucro líquido não destinado, na forma da lei, à reserva legal, à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral ou à reserva de lucros a realizar deverá ser distribuído como dividendos. **Artigo 28:** Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 03 anos reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 29:** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral, partilhando-se o patrimônio líquido da Companhia entre os acionistas, na respectiva participação de cada acionista no capital social, ou nos demais casos previstos em lei. **§ 1º:** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§ 2º:** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **Capítulo VIII – Resolução de Disputas. Artigo 30:** Os acionistas e a Companhia comprometem-se a empregar seus melhores esforços para resolver por meio de negociação amigável qualquer controvérsia relacionada a este Estatuto Social. **Artigo 31:** A Companhia, seus acionistas, Diretores e os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Bovespa Mais. **§ Único:** Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 641.625/22-4 em 27/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## PEC atinge assinaturas e inicia tramitação; senadores articulam extrateto de R\$ 80 bilhões



A PEC do Estouro, proposta pela equipe de transição de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atingiu o número mínimo de assinaturas necessário para o início da tramitação e foi registrada no sistema do Senado nesta terça-feira (29).

A PEC foi apresentada para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil (ou Bolsa Família, caso o nome venha a ser alterado).

Nomeada como PEC 32/2022, a PEC do Estouro já conta, até a última atualização, com 28 assinaturas registradas – ou seja, mais que as 27 assinaturas necessárias para o início da tramitação na Casa.

A proposta aguarda despacho da Mesa Diretora do Senado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Caberá ao presidente do colegiado, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definir quem será o relator da proposta. A expectativa é que o próprio Alcolumbre seja o relator da PEC.

Vinte e oito senadores de dez partidos diferentes registraram apoio inicial à Proposta. A lista inclui parlamentares de siglas que se aliam a Lula durante as eleições de 2022, além de congressistas de partidos como MDB e PSD e até uma integrante do PP, que apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro (PL).

A senadora em questão é Mailza Gomes (PP-AC), vice-governadora eleita do Acre na chapa de Gladson Cameli (PP).

Proposta de R\$ 198 bilhões e emenda para R\$ 80 bilhões. O texto manteve a proposta original de tirar R\$ 175 bilhões do teto de gastos e deixar um espaço de R\$ 23 bilhões para investimentos, totalizando R\$ 198 bilhões.

Ainda assim, interlocutores do novo governo falam em discutir valores menores, de R\$ 150 bilhões ou menos, e ainda considerar a proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB), que não tira o Bolsa Família do teto, mas abre espaço de R\$ 80 bilhões no teto.

CNN

## Valdemar Costa Neto pede, mas Bolsonaro afirma que ainda não tem o que falar para apoiadores

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou à CNN que pediu para o presidente Jair Bolsonaro fazer uma declaração a seu eleitorado mas que Bolsonaro teria dito que ainda não tem o que falar. Os dois se encontraram na manhã de terça-feira (29), no Palácio do Planalto.

Há expectativa de que Bolsonaro compareça ao jantar que o PL irá promover nesta noite com as bancadas atuais do partido e os parlamentares eleitos, em um restaurante no setor de clubes de Brasília.

Desde a derrota nas urnas, no fim de outubro, Bolsonaro apareceu em público poucas vezes. “O Bolsonaro precisa falar com o povo dele. Todo pessoal que votou nele quer manifestação, ele precisa falar para manter todos unidos”, enfatizou à CNN.

Valdemar defende que Bolsonaro reafirme a postura de liderança e de apoio a livre manifestações, inclusive, nas redes sociais. Perguntado sobre o tom do discurso, Costa Neto afirmou que o pedido para Bolsonaro não seria com o objetivo de incentivar mais manifestantes.

Costa Neto disse que o partido vai recorrer nesta terça-feira contra a multa de R\$ 22 milhões, imposta pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, após divulgação de relatório que aponta falha no código de registro de algumas urnas.

De acordo com o presidente do PL, além de recurso no TSE, o partido não descarta levar o caso ao Supremo Tribunal Federal para que não pague a multa. “Queremos que expliquem o que aconteceu (nas urnas)”, afirmou Costa Neto.

CNN







## Dificuldades no acesso a investimento barram expansão de biotechs



Falta de incentivo e dificuldade de acesso a investimentos atrapalham o crescimento das startups de biotecnologia no Brasil.

Nascidas dentro de universidades ou incubadoras, as biotechs, como são conhecidas, utilizam a tecnologia em sistemas biológicos e organismos vivos para criar ou modificar produtos como alimentos, cosméticos e medicamentos.

Na área da saúde, a biotecnologia tem potencial de ajudar na cura e proporcionar maior sobrevida a pacientes, explica o diretor-executivo de inovação do Hospital Israelita Albert Einstein, Rodrigo Demarch.

“Por meio de novas tecnologias, ajudaremos no desenvolvimento de produtos cada vez mais assertivos, diagnósticos e terapias de maior precisão e de baixo custo”, diz.

Mesmo com um mercado avançando a passos lentos, há empresas que estão conseguindo crescer. É o caso da startup de biologia sintética Biolinker, fundada em 2018, por Mona Oliveira, 36, doutora em bioquímica e nanotecnologia pela USP.

Para abrir o negócio, Mona teve incentivo da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e contou com a ajuda do esloveno Sandi Ravbar, cofundador da Biolinker. Ainda assim, precisou

usar dinheiro da poupança.

A startup conseguiu levantar R\$ 200 mil e iniciou as atividades em uma sala de 45 metros quadrados dentro de uma das incubadoras da USP. O início foi difícil. “Tivemos de lidar com a falta de infraestrutura. Outras dificuldades foram o mapeamento de fornecedores, a obtenção de produtos para pesquisa e aspectos regulatórios.”

Hoje, a startup tem 12 colaboradores e conta com uma infraestrutura cinco vezes maior, em Cotia (SP). Na pandemia, a empresa quintuplicou o faturamento após o desenvolvimento de um bioprocesso para fabricação de antígenos para testes da Covid-19.

Lucas Mendes/Folhapress

## A fazenda rosa cresceu: Pink Farms atrai a SLC para multiplicar produção

Quando Geraldo Maia e os irmãos Mateus e Rafael Delalibera trabalhavam na Mobly, acostumaram-se a compartilhar a hora do almoço para um brainstorming. Os três queriam empreender fora do mundo digital, mas não sabiam o que fazer. Mas a ideia estava ali mesmo, no prato.

Enquanto startups digitalizavam da experiência bancária à imobiliária, o estalo para inovar no campo veio quando Mateus descobriu a incursão de americanos e japoneses na produção de folhosas no meio da cidade — em fazendas verticais iluminadas por um rosa que não passa despercebido.

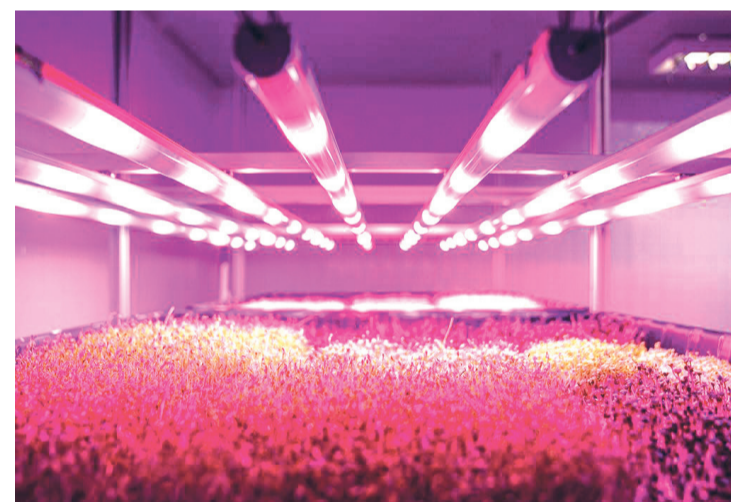
A Pink Farms, então, foi criada como pioneira da produção de folhas em fazendas urbanas verticais no Brasil. “Quando olhamos a luz rosa, identificamos um potencial

de venda absurdo. Você consegue comunicar com quem quiser. É um fator sexy pelo qual todos se interessaram”, lembra Maia.

Agora, o negócio está prestes a multiplicar por dez sua capacidade de produção. A Pink Farms está concluindo uma rodada série A de R\$ 15 milhões atraindo a SLC, maior companhia de produção agrícola do país. A SLC Ventures, braço de investimentos do grupo gaúcho, será um dos principais investidores.

“Nós plantamos commodities e eles plantam hortaliça. Um na terra e outro em sistemas hidropônicos em fazendas verticais”, disse Carlos Eduardo Aranha, o executivo responsável pela SLC Ventures, que vislumbra um futuro em que as sementes de grãos também poderão ser multiplicadas com a tecnologia da Pink Farms.

Pipeline Valor



## Popularização da telemedicina impulsiona startups do setor e agiliza atendimento



O surgimento de healthtechs, startups que inovam nas formas de atendimento aos usuários, ajuda a impulsionar a saúde suplementar no Brasil. Entre 2021 e 2022, o setor cresceu 3,5%, de acordo com dados da Fenasau (Federação Nacional de Saúde Suplementar).

A plataforma Inovação Aberta, que monitora cerca de 15 mil startups no Brasil, mapeou 357 novas healthtechs em 2021, e o número já saltou para 1.023 até a metade de 2022, de acordo com relatório da plataforma de empreendedorismo Distrito.

No mundo, gigantes como Amazon, Apple e Meta também investem em healthtechs. De acordo com Caio

Soares, médico e presidente da Associação Saúde Digital Brasil, em dois anos de pandemia o setor cresceu o equivalente a 20 anos.

Os investimentos das startups e das operadoras tradicionais que apostam no segmento digital saltaram de R\$ 500 bilhões para R\$ 900 bilhões, mesmo diante do cenário de crise.

“Os novos serviços oferecidos, de consultas a diagnósticos complexos, podem ser adquiridos por cerca de 50 milhões de usuários no segmento direto ao consumidor (B2C). Também houve expansão das healthtechs que trabalham no setor entre negócios (B2B), oferecendo tecnologia e modelos para hospitais e operadoras”, diz Soares.

O uso cada vez mais frequente da telemedicina e da IA (inteligência artificial) nos diagnósticos a distância ajudam a explicar a expansão. Entre os benefícios estão redução nos custos, atendimentos mais ágeis, menores índices de internação, de consultas e exames desnecessários.

Antonio Carlos Endrigo, copresidente do Global Summit Telemedicine & Digital Health, diz que a criação de novos fundos de investimentos é o que dá suporte à expansão do setor. “A portaria de 2020 do Ministério da Saúde que regulamentou atendimentos a distância também foi fundamental. O desafio agora é não permitir a elitização do uso dessas novas tecnologias”, diz. Pedro Edson Constant/Folhapress